



## Ministério do Esporte

### GABINETE DO MINISTRO

#### RESOLUÇÃO Nº 7, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005

Aprova a concessão de Bolsa-Atleta a atletas praticantes de modalidades esportivas não olímpicas e não paraolímpicas.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE E PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE, no uso de suas atribuições, considerando a competência do Conselho Nacional do Esporte - CNE, em aprovar as indicações de atletas de reconhecido destaque, referentes as modalidades não olímpicas ou não paraolímpicas, nos termos dos artigos 5º e 6º da Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004; considerando, a recomendação da área técnica pela aprovação, expedida pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; considerando, o deferimento ad-referendum do Conselho Nacional do Esporte pelo Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, por meio da Resolução nº 06, de 19 de julho de 2005; e considerando o que decidiu o Plenário do CNE na 10ª Reunião Ordinária realizada dia 11 de novembro de 2005; resolve:

Art. 1º Aprovar a concessão de Bolsa-Atleta a atletas praticantes de modalidades não olímpicas e não paraolímpicas, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

AGNELO QUEIROZ

ANEXO

#### I - Categoria Estudantil:

Nº	Nº DA FICHA	NOME DO ATLETA	MODALIDADE
1	2644/2005	FRANCIELLE GOMES CURY	XADREZ
2	8055/2005	VANESSA FELICIANO	XADREZ
3	2440/2005	WILLIAM FERREIRA DA CRUZ	XADREZ

#### II - Categoria Internacional

Nº	Nº DA FICHA	NOME DO ATLETA	MODALIDADE
4	2185/2005	ADRIANO VIEIRA FERREIRA	KARATÊ
5	3989/2005	ALESSANDRA CARIBÉ MOURA	KARATÊ
6	7696/2005	ANTONIO EDUARDO OLIVEIRA SANTOS	BEACH SOCCER
7	4806/2005	BARTOLOMEU CASSOL DE MIRANDA	ORIENTAÇÃO
8	2865/2005	BIANCA ANDRADE BARRETO	JIU JITSU
9	2362/2005	BRUNA BERABA VILLARIM	AQUATLO
10	2366/2005	BRUNO MALIAS MENDES	BEACH SOCCER
11	3396/2005	BRUNO MAZZOTTI	KARATÊ
12	1379/2005	CAIO ITAGIBA DUPRAT	KARATÊ
13	8878/2005	CAMILO MARCARINI CAVALCANTI	BEACH SOCCER
14	3036/2005	CARLOS VIEIRA SANTOS	KARATÊ
15	8206/2005	CINTIA ELAINE LASSALVIA DE ANDRADE	KARATÊ
16	763/2005	CLAIVE ATANASIO CORDEIRO	KARATÊ KYOKUSHIN
17	2213/2005	CLEITON DE CASTRO BARBOSA	KICK BOXING
18	4675/2005	CLÓVIS ROBERTO RICHARD RAVAGNANI	KARATÊ
19	4357/2005	CRISTIAN KOHLMANN	PUNHOBOL
20	4979/2005	CRISTIANE ALVES SÜFFERT	PUNHOBOL
21	2243/2005	DANIEL DA SILVA MARTINO	KARATÊ
22	5258/2005	DANIEL XAVIER DANIELEWICZ	RUGBY
23	3184/2005	DÉCIO GUIMARÃES DE ABREU FILHO	BOLICHE
24	1008/2005	DJEFINI RUMIE DE CARVALHO	KARATÊ
25	2346/2005	DJENIFER RUMIE DE CARVALHO	KARATÊ
26	851/2005	DOUGLAS SANTOS BROSE	KARATÊ
27	1967/2005	ERIC OISHI	LEVANTAMENTO BÁSICO
28	5889/2005	FÁBIO ALVES SOARES	FUTVÔLEI
29	6673/2005	FÁBIO BASTOS REZENDE	BOLICHE
30	2517/2005	GABRIELA LIMA DE VASCONCELOS	LUTA DE BRAÇO
31	8839/2005	GABRIELA RESENDE BARBOSA	KARATÊ
32	5145/2005	GERSON SÜFFERT	PUNHOBOL
33	4789/2005	GIOVANA CANDICE ADAM ASSUNÇÃO	PUNHOBOL
34	533/2005	GIOVANNI PORTILHO VESCOVI	XADREZ
35	6142/2005	GREGOR DE CARVALHO RANGEL	JIU JITSU
36	3845/2005	IGOR DE ASSIS ALVES	KARATÊ
37	5358/2005	IVO RECK NETO	PUNHOBOL
38	2974/2005	JACQUELINE MARIA SOARES COSTA	BOLICHE
39	5236/2005	JOÃO LUIZ DA ROS	RUGBY
40	4779/2005	JOÃO VICTOR FIDÉLIS	PUNHOBOL
41	13/2005	JOCILENE BASSANELLI	LUTA DE BRAÇO
42	4986/2005	JORGE EDUARDO SUFFERT	PUNHOBOL
43	4807/2005	JOSÉ MATEUS ANTUNES	ORIENTAÇÃO
44	5254/2005	JÚLIA ALBINO SARDÁ	RUGBY
45	7042/2005	LEANDRO RICARDO DEUD SALOMAO RAMEH	JIU JITSU
46	5316/2005	LISLAINE LINK GAMA	ORIENTAÇÃO
47	4611/2005	LUIZ KARWOWSKI JUNIOR	PUNHOBOL
48	4616/2005	LUIZA CASTRO PADILHA	PUNHOBOL
49	4185/2005	MARCELO BENEDITO DOS SANTOS	PUNHOBOL
50	5875/2005	MARCELO RAMIRO DA SILVA	FUTVÔLEI
51	3468/2005	MARIA CRISTINA BOGNÁR	LUTA DE BRAÇO
52	4503/2005	MARIANA CASTRO PADILHA	PUNHOBOL
53	3329/2005	MARILEIDE SIQUEIRA FONSECA SOUZA	KARATÊ
54	2184/2005	PAULA DOS SANTOS VANCELOTTA	KARATÊ
55	4446/2005	PAULO GUSTAVO SÜFFERT	PUNHOBOL
56	5182/2005	PAULO RODRIGO KETTERMANN	ORIENTAÇÃO
57	939/2005	PIERRE CUNHA DE ALMEIDA	BEACH SOCCER
58	1783/2005	RAFAEL CARDOSO GARCIA	KARATÊ
59	2285/2005	RAFAEL NASCIMENTO MENEZES	AQUATLO
60	3206/2005	RENATA DE FARIA CORDEIRO	KUNG FU

61	2247/2005	ROGÉRIO HENRIQUE COGO DE OLIVEIRA	KARATÊ KYOKUSHIN
62	2187/2005	ROMULO FIQUENE COUTO DE SOUSA	JIU JITSU
63	2392/2005	TATIANE CARDOSO DA SILVA	KARATÊ
64	5264/2005	VANESSA DAS CHAGAS	RUGBY
65	1730/2005	WILLIAM RAPHAEL FERNANDES MORAES	JIU JITSU

## CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

### EXTRATO DA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2005

Dando início a décima reunião ordinária do Conselho Nacional do Esporte - CNE, às dez horas e vinte minutos do dia onze de novembro de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões de seu Gabinete, o Secretário Executivo do Ministério do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior, deu as boas vindas a todos os presentes. Justificou o atraso do Ministro Agnelo Queiroz, em função de estar participando de outro evento e informou que logo o mesmo estaria presente assumindo a presidência da reunião. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Orlando Silva de Jesus Júnior, Secretário Executivo do Ministério do Esporte; André Almeida Cunha Arantes, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Rafael de Aguiar Barbosa, Secretário Nacional de Esporte Educacional; Lino Castellani Filho, Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer; Lars Schmidt Graef, Presidente da Comissão Nacional de Atletas; Ednilton Vasconcelos, representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, Júlio Filgueira, representante dos Secretários e Gestores Municipais do Esporte e Lazer; Arialdo Boscolo, representante dos Clubes Sociais; Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física; Fernando Mascarenhas, representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Humberto Aparecido Panzetti, representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto; Fernando José Macieira Sarney, representante da Confederação Brasileira de Futebol; e José Paulo Chaves Lino, representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil; Carlos Miguel Aidar, Bernard Rajzman e Márcio Rezende de Freitas representantes do desporto nacional. Participaram da reunião: Gianna Lepre Perim, Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte; Luciana Homrich Cecco, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Educacional; Maristela Medeiros das Neves Gonçalves, Coordenadora Geral de Excelência Esportiva da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento e Sílvio Diniz, Consultor da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Foram justificadas as ausências, em função de compromissos anteriormente assumidos, dos Conselheiros: Carlos Arthur Nuzman, Vital Severino Neto e Eduardo Henrique De Rose, por motivo de viagem ao exterior; e dos Conselheiros Rinaldo José Martorelli e José Carlos Brunoro, em função de problemas pessoais. Em especial, cumprimentou o novo Conselheiro Fernando Mascarenhas, recém eleito Presidente do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte - CBCE. O Conselheiro agradeceu e disse da satisfação de estar participando deste Conselho. Passando a pauta prevista para a reunião, o Secretário Orlando Silva propôs a aprovação da mesma. O Conselheiro Júlio Filgueira argumentou que achava mais prudente que não fosse finalizada a aprovação das Políticas Setoriais nesta reunião, dando mais prazo para ampliar a discussão no segmento que representa. O Secretário propôs que a pauta fosse aprovada como proposta e que esta decisão ficasse para o momento em que o Ministro Agnelo Queiroz estivesse presente na reunião. Todos aceitaram. Passando para o item da pauta referente à Bolsa-Atleta, o Secretário Executivo pediu ao Conselheiro André Arantes que explicasse o motivo da aprovação do Ministro Agnelo Queiroz, ad referendum do CNE, da concessão de bolsa-atleta para os atletas não olímpicos e não paraolímpicos, em dezenove de julho de dois mil e cinco. O Secretário justificou que a atitude de aprovação ad referendum, na data informada, se deu em face da necessidade de publicação de portaria ministerial com o nome dos atletas selecionados para o benefício. Explicou que a lei reguladora da bolsa-atleta obriga que as indicações de atletas de esportes não olímpicos e não paraolímpicos sejam submetidas ao Conselho. O Conselheiro Márcio Rezende pediu que lhe fosse enviada informação sobre o processo de concessão de bolsa-atleta para o próximo ano, com o objetivo de ajudar na divulgação do programa. O Secretário Executivo julgou a solicitação pertinente e sugeriu ao Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento que enviasse a todos os Conselheiros, incluindo a lista completa dos atletas beneficiados em dois mil e cinco. Pedida a aprovação da resolução de número seis, todos aprovaram. O Conselheiro Humberto Panzetti agradeceu a todos e, na qualidade de presidente da entidade que representa os esportes não olímpicos e não paraolímpicos, enfatizou a importância do segmento e os resultados que o benefício já vem trazendo para alguns esportes. Questionou o Conselheiro se os atletas que já estão recebendo o benefício e conseguirem consolidar os resultados em dois mil e cinco, vão continuar a receber a bolsa. O Secretário André Arantes respondeu que sim, desde que continuem a atender todos os critérios técnicos previstos na legislação vigente. O Conselheiro Ednilton Vasconcelos perguntou sobre a decisão de concessão da bolsa-atleta a atletas de modalidades esportivas que têm mais de uma entidade de administração. Arantes respondeu que todos foram analisados com igualdade sob os critérios, não havendo escolha de entidades. O Secretário Orlando Silva sugeriu que numa próxima reunião do Conselho fosse incluída na pauta uma discussão mais aprofundada sobre os critérios de concessão do benefício. O Conselheiro Lars Graef questionou ao Secretário André Arantes se os nomes da lista aprovada, ad referendum, também tinham as indicações das entidades nacionais de administração daqueles esportes. O Secretário assegurou que sim, que todos os critérios estabelecidos

foram cumpridos. Graef questionou ao Conselheiro Panzetti se ele confirmava que a lista aprovada continha os nomes de maior destaque naquelas modalidades. Panzetti confirmou que sim. O Conselheiro Lars Graef concluiu dando parabéns pela indicação e afirmando que está claramente demonstrado que os critérios hoje estabelecidos são adequados e eficazes. Passando ao próximo assunto da pauta, o Secretário Orlando Silva pediu a aprovação da lista de medicamentos e métodos proibidos para o ano de dois mil e seis. Informou aos Conselheiros que a lista proposta já havia sido aprovada pela Agência Mundial Antidoping - AMA, e pela Comissão de Combate ao Doping deste Conselho. O Secretário Rafael Barbosa lembrou que no próximo mês acontecerá uma reunião da AMA em que o Ministro Agnelo estará presente e que, portanto, seria interessante que a lista fosse aprovada antes daquela reunião. O Conselheiro Ednilton Vasconcelos lembrou que, de qualquer forma, os atletas participantes de competições de nível internacional já estão automaticamente sujeitos àquelas regras. O Secretário Lino Castellani questionou se as drogas sociais não deveriam estar fora da lista. O Conselheiro Lars Graef lembrou que além dos prejuízos para a saúde, as drogas sociais oferecem prejuízos a terceiros durante as competições, e ferem os aspectos éticos e morais pertinentes aos valores do esporte. Orlando Silva propôs a aprovação. Todos aprovaram. O Secretário Executivo propôs que numa próxima reunião seja colocada em pauta a discussão sobre o tema das drogas sociais para que o Conselheiro Eduardo Henrique De Rose, hoje ausente, pudesse fazer uma explanação mais aprofundada sobre o assunto. O Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, chegou às onze horas e quinze minutos, cumprimentou a todos e solicitou que o Secretário Executivo continuasse a conduzir a pauta até o item referente às Políticas Setoriais de Esporte. O Secretário concordou plenamente e prosseguiu com o próximo item, Esporte de Aventura. Orlando Silva solicitou ao Secretário André Arantes que explanasse sobre os estudos e ações que vinham sendo desenvolvidos pela Secretaria sobre o tema. Explicou Arantes que há vários anos o Ministério do Esporte vem acompanhando a organização dos esportes de aventura, radicais e ligados à natureza. Informou que a ação até hoje se limitou a apoiar o desenvolvimento, dando caminhos para que o segmento se desenvolvesse democraticamente. No entanto, a partir desse acompanhamento, entendeu o Ministério do Esporte - ME, que chegou o momento adequado de começar a introduzir fundamentos técnicos, normativos e organizacionais ao sistema, garantindo os direitos constitucionais de saúde, esporte e segurança, sem detrimento das atividades esportivas, comerciais e turísticas. Neste sentido, informou Arantes que a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento organizou no último dia vinte e cinco de agosto, na cidade de São Paulo, SP, uma reunião com todas as entidades nacionais de administração de esportes de aventura, radicais e ligados à natureza, por ocasião da Adventure Sport Fair, tradicional feira de esporte de aventura. A reunião contou com a participação dos Ministérios do Esporte, do Turismo e do Meio Ambiente; da Associação Nacional dos Gestores Municipais de Esporte e Lazer - ASMEL; do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; de onze entidades que atenderam ao convite; e de duas consultoras com notório conhecimento do assunto. Como principal resultado da reunião, ficou o documento intitulado "Esporte de Aventura, Carta de São Paulo", onde está expressa a solicitação da criação de uma Comissão de Esporte de Aventura no âmbito deste Conselho, com o objetivo de "discutir e propor ações que possibilitem a conceitualização, normalização e legislação que estimule a organização e o desenvolvimento do esporte de aventura no País". De pronto o representante do CBCE, Fernando Mascarenhas, solicitou que o Colégio fosse envolvido na discussão. O Secretário Lino Castellani afirmou seu entendimento de que o Ministério do Turismo esteja envolvido, vez que já deflagrou uma discussão junto ao segmento que atua. O Presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, concordou com o Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, e lembrou, inclusive, que nas discussões daquele segmento por vezes a atividade esportiva está sendo nomeada como turismo de aventura. O Conselheiro Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil, José Paulo Chaves Lino, também manifestou o desejo da CDMB estar participando da Comissão. Lembrou que muitos desses esportes envolvem táticas dos treinamentos militares, como por exemplo, a Orientação. O Secretário Júlio Filgueira argumentou que talvez fosse interessante incluir no nome da Comissão, o termo Esportes Radicais. Já o Conselheiro Mascarenhas, do CBCE, discordou, dizendo que os esportes radicais já estão muito organizados e que, portanto, deveriam ser excluídos da Comissão. Interferiu o Secretário Orlando Silva na discussão, alertando os conselheiros que a própria divergência de opinião retratada no debate já confirma a legitimidade da reivindicação do segmento, propondo que se aprovasse a Comissão e que fosse dada prioridade na pauta da primeira reunião para a questão de conceitualização. O Conselheiro Lino Castellani solicitou que a SNDEL fosse envolvida na Comissão em função do envolvimento de atividades ligadas ao lazer. Todos aprovaram. O Secretário Executivo, passando para o assunto da segunda Conferência Nacional do Esporte, a ser realizada no primeiro semestre de dois mil e seis, fez um breve relato dos resultados do primeiro Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, recém realizado, que contou com a participação de vários Conselheiros do CNE. Lembrou que, de acordo com o decreto que instituiu a Conferência Nacional do Esporte, sua periodicidade é bienal. Portanto, para cumprir a legislação, ficou es-

tabelecido que as etapas municipais e estaduais devem ocorrer até meados de março de dois mil e seis, seguidas da etapa nacional em maio. Ressaltou que o tema central será o Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Informou que o relatório do fórum será enviado a todos os membros do CNE tão logo seja finalizado. O Presidente Fernando Mascarenhas cumprimentou pela iniciativa sobre o protagonismo em relação ao Lazer no sistema, revelando sua preocupação com a "esportização" das práticas de lazer. Acrescentou que tem preocupação com a exigüidade de tempo para a realização das etapas municipais e estaduais da Conferência, e colocou o CBCE à disposição para contribuir com os trabalhos das reuniões preparatórias. Júlio Filgueira indagou o Secretário, se o regulamento que está proposto seria objeto de aprovação do CNE. O Secretário Orlando Silva informou que não, pois trata-se de portaria ministerial, o que não impedia aos membros do CNE a apresentação de sugestões. Disse Filgueira, que reconhece a iniciativa do Ministro Agnelo Queiroz em convocar a Conferência, dando ênfase ao caráter sistêmico. Aproveitou para apresentar sugestão de que na próxima Conferência fosse estudada a possibilidade de realizar os eventos subsequentes em anos ímpares. Lembrou o Secretário que os anos pares coincidem com os anos eleitorais, o que de certa forma dificulta a organização do evento em todos os níveis, do municipal ao nacional. Sugeriu, ainda, que o regulamento explicitasse que a presidência das conferências estaduais e municipais seja exercida pelos respectivos gestores governamentais. Ressaltou que considera importante os gestores estaduais apresentarem critérios para eleição dos delegados que os representarão na etapa nacional até o dia vinte e cinco de novembro. Apresentou a proposta de alteração do calendário da Conferência, sendo que: a etapa municipal deveria ocorrer de primeiro de dezembro deste ano até cinco de março de dois mil e seis; já para a etapa estadual e do Distrito Federal, propôs que ocorra de seis de março até dois de abril de dois mil e seis. Informou que a ASMEL e a Confederação Brasileira de Clubes estão em entendimentos no sentido de ativar as discussões no âmbito municipal, tentando incluir nos debates roteiros e temas afetos aos municípios. Para atender esta ação, meios de comunicação estão em estudos, visando ampliar a capacidade de participação dos municípios. O Secretário Ednilton Vasconcelos lembrou que as regiões Norte e Nordeste têm uma situação diferenciada do restante do País e que diante de dificuldades de transporte e comunicação no ano de dois mil e quatro, durante os preparativos para a primeira Conferência, não foi realizada naquelas regiões a etapa municipal. Declarou que as regiões citadas enfrentam grandes dificuldades de mobilização e arregimentação dos municípios, principalmente em curto espaço de tempo. Propôs Vasconcelos que se diminuísse a sistematização e se aumente o prazo para os debates municipais. E reconheceu que é necessária a capacitação de agentes de mobilização. O Professor Jorge Steinhilber parabenizou pela iniciativa, mas concordou com a preocupação quanto ao tempo. O Secretário Orlando Silva encaminhou então a seguinte proposta para aprovação: quanto ao calendário da segunda Conferência, aguardar as próximas reuniões da ASMEL e do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte, para fixar os prazos definitivos; quanto à alteração dos anos de realização das Conferências, propôs incluir na pauta da segunda Conferência; e, finalmente, quanto à capacitação de agentes de mobilização, se comprometeu em estudar a possibilidade. Todos aprovaram. O Ministro Agnelo Queiroz, assumindo a condução dos trabalhos, agradeceu ao Secretário Orlando Silva pela maestria demonstrada na aprovação de tão extensa pauta, e aos Conselheiros, pelas contribuições e confiança demonstradas. Cumprimentou o novo membro do CNE, Fernando Mascarenhas. Passando ao próximo e último assunto da pauta a ser discutido, salientou a importância de se aprovar as Políticas Setoriais de Esporte antes da segunda Conferência, ressaltando que são conseqüência da Política Nacional de Esporte aprovada na última reunião do CNE. Solicitou que fossem apresentadas as Políticas Setoriais pelos indicados em pauta, que o fizessem prontamente. Após as três explicações, o Conselheiro Ednilton Vasconcelos pediu a palavra e declarou que tem dificuldades de entender os Jogos Escolares e Universitários dentro do contexto do esporte de participação. Disse que por sua experiência como professor de educação física, entende que as regras adotadas nos eventos denotam as características próprias do esporte de rendimento. O Ministro Agnelo respondeu ao Conselheiro que cada dia mais está sendo adotada a visão de participação nos jogos. Justificou que a própria abertura à facilitação do processo de participação de todas as unidades da federação nos jogos já dá força a este entendimento e, portanto, dirige o evento ao esporte educacional. Lembrou que no contexto do sistema escolar é que estão sendo executadas as seleções municipais e estaduais. Informou que na última edição dos Jogos Escolares Sul-Americanos, foi reforçada a idéia de garantir que a representação seja escolar e não de seleções nacionais. Informou, ainda, que este foi o principal tema discutido na última reunião do Conselho Sul-Americano de Desporto - CONSUDE. O Conselheiro Arialdo Boscolo corroborou com a idéia de aprovar as políticas setoriais nesta reunião, para que fosse possível uma próxima reunião do CNE antes da segunda Conferência, onde se apresentassem os Planos de Ação e linhas de financiamento de cada área. Lembrou Panzetti que a Lei Agnelo/Piva não resolveu o problema do esporte em geral, e que falta discutir linhas de financiamentos para os esportes não olímpicos e não paraolímpicos. Questionou Steinhilber se caberia ao CNE aprovar políticas setoriais e se esta aprovação já não estaria